

Realização

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC)
Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC)
Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR)
British Council
Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)

Organização

Andreia Barreto Leila Araújo Maria Elisabete Pereira

Projeto Gráfico
Nitadesign | Anna Amedola

Revisão
Claudia Regina Ribeiro Maria Lucia Resende

Edição
Maria Mostafa

G326

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

__266 p.

ISBN 978-85-89737-11-1

1. Gênero. 2. Relações étnico-raciais. 3. orientação sexual 4. Educação à Distância. 5. Formação profissional. I – título.

Catálogo – Sandra Infurna CRB-7 -4607

Sexualidade, sociedade e política

Um homem pode se sentir “masculino” e mesmo assim desejar outro homem? Uma mulher pode se sentir “feminina” e mesmo assim desejar outra mulher? Essas questões de sexualidade são um assunto público ou privado? Leia o texto abaixo e descubra algumas idéias correntes a esse respeito.

É comum acreditarmos que o corpo – e, por extensão, a sexualidade – é o que temos de mais “natural” e particular. Ele aparece como uma fonte primordial da identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou de outro. Hoje em dia, também reconhecemos mais facilmente que o desejo e a busca de prazer, assim como a necessidade de compartilhar intimidade e afeto, são inerentes aos seres humanos. Assim como estas necessidades dizem respeito à privacidade e ao bem-estar de cada indivíduo, sua expressão é constantemente sujeita à vigilância pública e precisa do reconhecimento coletivo para seu livre exercício, sendo de fato protegida pela Constituição Brasileira.¹ Todas e todos podemos reconhecer, em nossa própria experiência, as pressões sociais para que nossa sexualidade se realize conforme o que “naturalmente” se espera. A escola é um dos locais onde essas pressões se manifestam mais visivelmente, por se tratar de um contexto privilegiado de aprendizado de pautas de convivência social e de desenvolvimento de habilidades, dentre elas, os modos de compreender a diversidade.

Os valores e os modelos de conduta produzidos na escola e transmitidos por ela, tanto por meio dos conteúdos da educação formal, como através da interação cotidiana com colegas, educadoras e educadores, encarnam todos os preconceitos e as desigualdades que são comuns na sociedade, legitimando-os pelo peso da instituição educativa e pela sanção coletiva da comunidade escolar. Guacira Lopes Louro observa que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais”². Por exemplo, a idéia de que o desenvolvimento “normal” da sexualidade conduz à união de um homem e uma mulher, e de que qualquer outra alternativa representa um “problema” que pode ser “bem ou mal resolvido”. O desafio para educadoras e educadores é adotar um olhar reflexivo sobre esses preconceitos e as situações de desigualdades que eles geram, para ser capaz de abordar tais questões na sala de aula.

É dado como pressuposto que quem tem pênis é “homem” e, portanto, deve se sentir “masculino” e se comportar como tal. Nessa mesma linha, quem tem vagina é “mulher”, deve se sentir “feminina” e se comportar como tal. O homem tem que desejar a mulher e a mulher, o homem. Somente o homem e a mulher podem se unir em casamento e formar uma família em que serão criados os futuros homens e mulheres, os quais, por sua vez, devem repetir todo o ciclo e, assim, reproduzir a sociedade. Isto corresponde ao que é considerado “certo” e “normal” pelo senso comum.

¹ Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, acessível em http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_08.03.2006/art_5_.

² LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.21.

Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher. Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” (ou vice-versa), a ponto de querer modificar seu corpo (...)

Porém, acontece – muito mais freqüentemente do que se imagina – que corpos, desejos, sentimentos e comportamentos não são convergentes e não correspondem necessariamente às expectativas do que é tido como “natural”, “certo” e “normal”. Um homem pode se sentir “masculino” e desejar outro homem. Uma mulher pode se sentir “feminina” e desejar outra mulher. Alguém que nasceu com atributos corporais masculinos e foi educado para “atuar como homem” pode se sentir “feminino” (ou vice-versa), a ponto de querer modificar seu corpo tornando-se tão mulher (ou tão homem) quanto quem teve esse gênero atribuído ao nascer.

Por que isso acontece? A sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo, uma construção. A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida. Por isso, as expressões da sexualidade humana são tão diversas.

Biologicamente, costuma-se dividir a espécie humana em dois grupos: o do sexo feminino e o do sexo masculino. Segundo uma determinação genética, quem porta os cromossomos XX é considerado biologicamente “mulher”, e quem porta os cromossomos XY é considerado “homem”. Porém, casos de crianças com ambigüidade genital não são tão raros e envolvem grande ansiedade dos pais, da comunidade e dos cientistas quanto à definição do sexo e do gênero. Tais casos remetem às chamadas “cirurgias de correção”, bastante polêmicas.

No cotidiano escolar, a sexualidade está presente das mais variadas formas: nos pressupostos acerca da conformação das famílias, dos papéis e do comportamento de homens e mulheres; nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações nos banheiros e nas carteiras; em olhares insinuantes que buscam decotes, pernas, braguilhas, traseiros; em bilhetes apaixonados e recadinhos maliciosos; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam os rapazes mais “delicados” e as garotas mais “atiradas” etc.

Além disso, nos últimos anos, questões como a epidemia do HIV-Aids e a gravidez na adolescência colocaram a sexualidade na ordem do dia da política educacional, bem como no conjunto de preocupações mais amplas da sociedade, como o direito à informação, por exemplo, ou a auto-estima, a solidariedade, a consideração para com o outro e o respeito às diferenças. A sexualidade também está no centro de grandes controvérsias contemporâneas que dizem respeito ao futuro das relações sociais de gênero, do casamento, da família, do direito das pessoas decidirem sobre seu corpo e sobre as maneiras de viverem e de exprimirem publicamente suas afetividades.

A noção moderna de sexualidade

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo. Mas o que exatamente “sexo” significa? Várias coisas ao mesmo tempo.

Seria a sexualidade algo inato e que deve obedecer a um caminho “correto”, “natural” e “verdadeiro”? Ou se trata de algo construído ao longo da vida por diferentes pressões internas e externas? Leia o texto abaixo para descobrir.

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo. Mas o que exatamente “sexo” significa? Várias coisas ao mesmo tempo. A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – como “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas a seus corpos, a suas atitudes e a comportamentos, como já abordado neste curso.

Num sentido mais amplo, convivem na sociedade moderna uma visão positiva do sexo, que remete aos prazeres do corpo e dos sentidos, ao desejo e à sensualidade, e uma visão negativa, repressiva, que promove a disciplina e o controle social sobre a expressão do de-sejo. Por um lado, difunde-se a idéia de -sexo como uma energia que provém de nosso corpo, como um impulso físico fundamental que exige satisfação³. Por outro lado, as sociedades têm inventado regras para manter o sexo sob fiscalização, desenvolvendo minuciosos mecanismos de vigilância e controle social, promovendo sentimentos de medo, ao associar diversas vivências da sexualidade à doença e ao perigo.

Pensemos, por exemplo, na especulação pública associada antigamente aos “perigos” da masturbação e como a sexualidade tornou-se foco de políticas públicas em estreita relação com o controle das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), no passado genericamente chamadas de “venéreas”.

A família, a escola, a religião, a ciência, a lei e o governo esforçam-se para determinar o que é sexo, o que ele deve ser, ou mesmo para estipular quando, como, onde e com quem se pode fazer sexo. Quase sempre, essas prescrições são transmitidas e justificadas em nome de uma ordem universal e imutável, fundada em Deus ou na Natureza. Dessa maneira, como já analisamos no módulo sobre Gênero, encobre-se o fato de que tais regras, supostamente em concordância com a “verdade” profunda do sexo, são construções sociais

³ Dica de música: uma visão da sexualidade como energia natural pode ser observada na canção “O que será (à flor da pele)”, de Chico Buarque. Link: http://www.mpbnet.com.br/musicos/chico.buarque/letras/o_que_sera_pele.htm

Historiadores e cientistas sociais elaboraram a noção de sexualidade como uma construção de corpos, desejos, comportamentos e identidades que todas as pessoas desenvolvem durante suas vidas por meio da apropriação subjetiva das possibilidades oferecidas pela cultura, pela sociedade e pela história. A visão “construcionista”, abordada no Módulo I deste curso, assume que é extremamente difícil distinguir nos seres humanos o que se deve à biologia, de um lado, e à cultura, à sociedade e à história, de outro. Assim, por exemplo, do ponto de vista “construcionista”, o desejo homossexual ou a prática de relações homossexuais não implicam, por si só, a aceitação de uma posição social específica ou de uma determinada compreensão de si, nem tampouco a adoção de uma categoria explícita de identificação (como “gay”, “lésbica” ou “bis sexual”). Não existe, deste ponto de vista, uma essência do homossexual ou do heterossexual que permaneça imutável através do tempo, mas variadas configurações de desejos, comportamentos sexuais, corpos e identidades em diferentes sociedades e momentos da história. Vamos analisar o raciocínio por detrás de uma dessas prescrições básicas. Com quem se pode fazer sexo? Desde crianças somos ensinadas e ensinados que o modo “natural” de fazer sexo é através do relacionamento entre pessoas de “sexos opostos”, e não entre pessoas de “mesmo sexo”. Esta prescrição parte de uma conexão supostamente necessária de:

1. Ser biologicamente macho ou fêmea – ter os órgãos genitais e as capacidades reprodutivas apropriadas a cada sexo
2. Incorporar uma **identidade de gênero** masculina ou feminina – ter a convicção interior de ser “homem” ou “mulher”, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para cada sexo, como já estudamos no módulo sobre Gênero.
3. Ter uma predisposição inata para a heterossexualidade como **orientação sexual** – eleger necessariamente pessoas do “sexo oposto” como objetos de desejo e parceiros de afeto.

Tal raciocínio articula três questões distintas: 1. **o sexo biológico**; 2. a identidade de gênero; e 3. a orientação sexual. Estas questões são mescladas como se as três fossem, no fundo, manifestações de uma só coisa: a “sexualidade”, a suposta fonte interna e “natural” de nosso senso de identidade pessoal. Esse raciocínio leva a uma **naturalização** do intercuro genital entre homens e mulheres, que responde pela formação da família, ao reproduzir não só a espécie, mas também a vida social. Daí decorrem concepções igualmente naturalizadas a respeito do comportamento masculino e feminino, daquilo que pode ser considerado família e daquilo que é tido como legítimo em termos de desejos, sentimentos e relacionamentos. Um exemplo disso é a suposição de que o casamento só pode unir legalmente pessoas de “sexo oposto”, ou a de que o ideal para uma criança é sempre viver numa família composta por um pai e uma mãe, chamando o que foge a este modelo de “famílias desestruturadas”. De acordo com o IBGE, 30% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

É preciso insistir, que estamos falando de coisas distintas:

- 1 corpos, capacidades reprodutivas, diferenças fisiológicas entre homens e mulheres;
- 2 modos de ser masculino e feminino, senso de pertencer a um ou a outro gênero;
- 3 focos de sentimentos, atração, desejo e fantasias, apegos emocionais, vínculos interpessoais, relacionamentos fundamentais.

Não há, de fato, nenhuma razão “natural” para que estas diferentes questões estejam obrigatoriamente associadas. Como você já viu no módulo de Gênero, nascer com pênis ou com vagina, por si só, não faz ninguém ser “masculino” ou “feminino”, tampouco faz alguém ser, necessariamente, heterossexual ou homossexual. Esta suposta unidade de aspectos tão diversos é, na verdade, uma criação da cultura ocidental moderna.

A noção moderna de sexualidade foi a responsável por articular esse leque de diferentes possibilidades físicas, mentais e sociais, propiciando um trânsito contínuo entre o que seria, por um lado, uma “dimensão interior” dos sujeitos (seu senso profundo de identidade pessoal) e, por outro, a esfera social, cultural e política mais ampla – que diz respeito à organização da família e do parentesco, ou mesmo à divisão social do trabalho e ao estabelecimento de códigos morais e legais. Esta construção peculiar está tão presente no senso comum das sociedades modernas a ponto de fundamentar a classificação das pessoas, prescrevendo trajetórias e papéis sociais inescapáveis, sob o risco de serem consideradas “exceções” anormais, degeneradas, imorais ou, como ainda acontece em vários países, criminais.

Glossário

Identidade de Gênero: Diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres.

Naturalização: Refere-se aqui ao modo como idéias, valores e regras sociais (produzidos por homens e mulheres em contextos históricos) são transmitidos, justificados e adotados como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não podem ser evitadas, combatidas ou modificadas, sob o risco de alterarem essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade. Uma construção “naturalizada” é percebida como dado inquestionável da realidade, quando de fato as condições de ela ser considerada verdadeira são o resultado de um processo social.

Orientação sexual: Refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. Hoje são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a homossexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo” quanto pelo “sexo oposto”).

Sexo biológico: Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.